



As Relações de Comunicação e Trabalho no Jornalismo Evidenciadas pela Objetividade dos Números na Notícia¹

Olívia Bulla²

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

O artigo apresenta uma parte da pesquisa de Mestrado, ora em curso, e aborda a questão do uso dos números no texto jornalístico como estratégia persuasiva desviante. A problematização se apoia no sentido argumentativo dos signos numéricos que, devido a sua aparente força de objetividade, ofusca outros argumentos mais relevantes tanto para o exercício da profissão do jornalista quanto para a reflexão crítica do cidadão, público-alvo consumidor do jornalismo. O objetivo dessa discussão trata do jornalismo e do mundo do trabalho do jornalista na perspectiva dos desafios que se apresentam nas rotinas produtivas e em uma sociedade midiaticizada, o que aprofunda as contradições entre os valores de uso e os valores de troca da notícia enquanto mercadoria.

Palavras-chave

números; jornalismo; trabalho; objetividade; notícia mercadoria

1. Introdução: o binômio Comunicação e Trabalho

A proposta de evidenciar o uso dos números na notícia para a construção de um sentido de verdade no discurso jornalístico através das relações de comunicação e trabalho busca mostrar que, no geral, os números são usados para simular um sentido de verdade no texto, servindo como argumento para a construção da objetividade. Para compreendermos como os números podem sustentar um discurso, consideramos que as rotinas de trabalho e as práticas produtivas permitem, e até incentivam, ao enunciador usar esse recurso na interpretação dos fatos sociais e na veiculação de notícias.

As suspeitas são de que a quantificação da informação através dos números ajuda a construir a versão que se quer do fato com o consentimento dos processos produtivos do Jornalismo. Por isso, a abordagem dessa questão tem como orientação teórico-metodológica o binômio comunicação e trabalho, por considerar o mundo do trabalho como mediação fundamental da comunicação, relacionando os conceitos de linguagem e com a naturalização que se faz de todo o processo de produção da notícia.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

² Mestranda em Ciências da Comunicação da ECA-USP, email: oliviabulla@gmail.com.



Esse estudo está contextualizado no paradigma materialista, que vê a razão como argumento para apreensão da realidade. Dentro dessa perspectiva, consideramos ainda as obras de Mikhail Bakhtin e seu Círculo, que considera que o sujeito tem uma relação com o meio ao seu redor e seus discursos e vê a linguagem como um processo de interação dialógica na corrente histórica dos discursos.

O que une essas perspectivas, em nossa visão, é a concepção que elas têm sobre o sujeito, pois se trata de um sujeito que atua no mundo social, dentro de um contexto social e histórico. Portanto, o sujeito não é mais o assujeitado das estruturas, mas sim um ser social histórico na “arena da luta de classes” dada pelo discurso. De acordo com essa concepção, o sujeito é filiado a um saber discursivo, que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente.

Portanto, é na prática da pesquisa, na relação sintomática que existe entre o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia, que se busca entender como o jornalista usa os números no texto para sustentar um discurso. Insistimos, aqui, nos aspectos constitutivos do saber/fazer humano frente aos discursos que circulam na sociedade e às interações que se dão entre os sujeitos históricos.

Para analisar a complexidade do problema envolvendo trabalho e linguagem é preciso relacionar o discurso, no qual a palavra assume o seu significado, com a atividade humana, já que o trabalho, conforme escreve Marx, é o que diferencia o homem dos outros animais. Para Marx (1985), as relações materiais, que nada mais são que as formas necessárias nas quais se realiza a atividade humana e individual, formam a base de todas as relações sociais.

Toda forma desenvolvida, escreve Marx em *O Capital*, deve ser captada no “fluxo do movimento”, e é isso que a dialética tem de fazer no curso da história. Trata-se do que Bakhtin (Voloshinov) expõe na necessidade de uma abordagem marxista da filosofia da linguagem, ao falar sobre as relações entre linguagem e sociedade, colocadas sob o signo da dialética enquanto efeito das estruturas sociais. “Só a dialética pode resolver a contradição aparente entre a unicidade e a pluralidade da significação” (Yaguello *In* Bakhtin / Voloshinov, 1988, p. 15).

A abordagem do binômio Comunicação e Trabalho, portanto, é a mais adequada, por articular os aspectos constitutivos do saber/fazer humano frente aos discursos do Outro e relacioná-los à linguagem e às interações que se dão entre os sujeitos históricos. Insistimos, aqui, que a história está ligada às relações de poder e de sentidos – e não, necessariamente, ao tempo cronológico.



Através da verificação do mundo do trabalho e das rotinas produtivas – pauta, apuração, reportagem e edição – procura-se ser capaz de apontar por que os números são priorizados, se há uma consciência do uso desse recurso e se as rotinas produtivas permitem essas reflexões. Para tanto, são consideradas as prescrições do trabalho por parte da empresa e a experiência pessoal para lidar com cada uma dessas prescrições.

O mundo do trabalho pode ser definido (FÍGARO, 2010) como o conjunto que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, além da experiência (saber investido), dos produtos delas advindos, dos discursos que são intercambiados, das técnicas e das tecnologias “que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho e a sociedade se desenvolvam” (p. 104).

É um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de comunicação e de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam a atividade por meio de leis próprias a ele (*ibid*).

A autora lembra que na história do pensamento comunicacional, as contribuições efetivas produzidas não articulam o micro ao macrossocial, tampouco remontam à característica pluridisciplinar da Comunicação nem à multiplicidade dos objetos de pesquisa. Mas são também nessas vertentes que Comunicação e Trabalho se articulam.

Para elucidar os conceitos envolvidos no problema de pesquisa, propomos, primeiro, relacionar essa abordagem teórica aos signos (palavras e números) na linguagem. Esses temas passam a ser colocados em prática, com base na amostragem de parte do levantamento empírico, que consiste na análise de discurso de matérias selecionadas do jornal *Estadão* e da fala dos jornalistas, autores que mais se repetem entre as reportagens escolhidas. Ao final, serão apresentadas as conclusões do estudo.

2. Palavras e Números

No decorrer da história do desenvolvimento humano, o surgimento de um tipo de comunicação se deu no período em que o hominídeo tornou-se caçador. Ao ter a possibilidade de utilização das mãos, livres para a caça e a coleta, o homem potencializou o desenvolvimento do cérebro e, conseqüentemente, a necessidade de contar. Essa capacidade de contar não se restringe apenas à transformação da boca, como parte do processo que fez do homem um ser capaz de emitir sons, relatar fatos e narrar histórias, mas também é uma habilidade relacionada ao papel desempenhado pela mão no aprendizado de fazer contas, efetuar a contagem pelos dedos e calcular.



Imenes (1990) explica que a origem dos números perde-se no tempo, “numa época em que ainda não existia a linguagem escrita” (p.7). Nesse período, a necessidade de contar era pequena, assim como também era a presença dos números nas vidas das pessoas. Asimov (1989) afirma que a necessidade de contar veio com a necessidade de mais padrões.

Entre os exemplos, estariam a criação de animais, a agricultura, a construção de casas e o comércio rudimentar, que trouxeram novas formas de vida e, consigo, a necessidade de contagem. Portanto, a agricultura e o pastoreio modificaram profundamente a vida dos homens, dando origem às aldeias que, lentamente, transformaram-se em cidades, abrigando as primeiras grandes civilizações. Outra característica comum a estas sociedades é que todas desenvolveram uma linguagem escrita e também diferentes maneiras de representar quantidades e de escrever os números.

Com a intensificação do comércio, da navegação, da vida urbana, a necessidade de escrever os números e calcular com eles de forma mais simples e rápida tornou-se maior. Gontijo (2004, p. 56) afirma que, atualmente, é aceito que

foi a agricultura, 5 mil anos atrás, e não o conseqüente surgimento das cidades, que determinou a necessidade de armazenar informações; e que a contagem não é decorrente da escrita, e sim o contrário.

A autora conta que é unanimidade a história de que a escrita teria surgido na Suméria, na Mesopotâmia. Ali erigiu a antiga civilização dos sumérios, conhecidos pela escrita cuneiforme. “O cuneiforme foi o sistema de escrita mais difundido e importante historicamente no antigo Oriente Próximo: durou 3 mil anos” (GONTIJO, 2004, p. 60).

Os sumérios eram bilíngües e conviveram por aproximadamente um milênio em pequenas aldeias. Perto do ano 4 mil a. C., essa primeira civilização humana passou a representar os números como uma peça em forma de cone, ao invés de riscá-los em um osso, dando liberdade ao número “um”. As peças em cone tornaram possível o cálculo exigido para mensurar riquezas, calcular ganhos e perdas e, principalmente, coletar impostos. Os sumérios também precisavam manter registro de seus cálculos, mas isso em um tempo em que a escrita ainda não havia sido inventada.

Os números, então, foram a primeira escrita do mundo. Ao ter o registro dos números e seus cálculos, a noção de escrita havia nascido, o que reforça a ligação entre as palavras e os números. Ainda segundo Gontijo (2004), “as fichas de barro são consideradas o elo entre a contagem e a escrita” (*ibid*).



E, com a evolução da representação direta do que deveria ser contabilizado para a criação de conceitos abstratos, como os numerais, a escrita começou a adquirir novas perspectivas e a exprimir outros conceitos. O advento da escrita fonética foi o início de sua transformação na ferramenta versátil que é hoje, apta a guardar e expressar qualquer ideia. A invenção de números abstratos foi o começo da matemática e também o começo da escrita (GONTIJO, 2004, p. 56).

A criação do sistema numérico indo-arábico, usado hoje praticamente no mundo todo, foi resultado de um grande esforço que envolveu muitas civilizações, durante séculos. A origem está no Oriente. Segundo Asimov (1989), foi somente no nono século d.C., que um hindu anônimo criou, pela primeira vez, o sistema moderno. Essa descoberta chegou até os árabes e, por eles, foi transmitida aos europeus, “de modo que chamamos os números modernos de árabicos” (p. 16) – ainda que eles tenham surgido na Índia.

Os números, portanto, são fruto da cultura de muitos povos e representam signos que carregam uma informação, permitindo a evolução da sociedade, através dessa representação. Dudley (1997) observa que os números podem servir para muito mais do que simplesmente contar e medir. “Para algumas pessoas os números têm um significado, têm uma essência (*inwardnesses*) (...). Os números têm poderes extraordinários” (*ibid*, p. 1).

Mesmo com uma capacidade fora do comum, os números não podem controlar a informação e o conteúdo transmitidos através desse recurso. O número é um signo que, por sua vez, tem um significado, e leva em conta não apenas a facilidade para representar quantidades, mas de criar sentido e ser compreendido socialmente, dialogando com outros signos, como a língua.

A ciência que estuda os signos chama-se Semiologia, palavra que vem do grego *semion*, que, por sua vez, equivale a signo. A Linguística é a parte da Semiologia que estuda a linguagem verbal humana. Segundo Ferdinand de Saussure (1857-1913), signo funciona como um guardador de lugar, de cada ideia, dentro da língua.

A língua é um sistema organizado de signos que exprime ideias, enquanto a linguagem não desempenha apenas o meio de comunicação entre os homens, ela é também uma forma da consciência e do pensamento humanos. É, portanto, um sistema de signos que exprime ideias. A Linguística é uma parte dessa ciência geral que estuda a vida dos signos no seio da vida social e a tarefa é definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos. Dizia Saussure que, sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas ideias.



O valor do signo é dado por outro signo, é sempre interpretável por outro signo. Fiorin (2007) explica que os signos são, assim, uma forma de apreender a realidade, sem, de fato, sê-la. “Só percebemos no mundo o que nossa língua nomeia” (*ibid*, p. 55).

Nessa atividade simbólica, as palavras criam conceitos e esses conceitos ordenam a realidade, categorizando o mundo. O mesmo vale para os números, nos quais o significado é composto por traços funcionais e qualificacionais. Para termos a vivência desse pensamento, é preciso despojar-se da concepção superficial de que o número é apenas aquilo que se aponta no quantitativo. Além disso, o número aponta o qualitativo, o relacional, a modalidade, valores e outras categorias, revelando-as.

Assim como um signo linguístico para Saussure, é a união de um conceito e uma imagem acústica, o número nasce de dois fatores opostos. Trata-se de encontrar uma significação do simbolismo dos números através do elemento harmônico ou rítmico.

Saussure dizia que o signo linguístico não une um nome a uma coisa, mas um conceito (*significado*) a uma imagem acústica (*significante*). Ou seja, “o signo não é um conjunto de sons, cujo significado são as coisas do mundo” (FIORIN, 2007, p. 58). Nesse sentido, o significado não é a realidade que ele designa, mas a sua representação. O significante, por sua vez, é o veículo do significado, que é o que se entende quando se usa o signo. “Um signo é o que os outros não são” (FIORIN, 2007, p. 58).

O que existe na língua é, então, a produção e a interpretação de diferenças. Assim, as frases são signos, os textos são signos e qualquer produção humana dotada de sentido, como os números, é um signo. Esses signos são, portanto, produzidos para fins de comunicação – ao contrário da Matemática que lida com questões mais práticas. A linguagem, por sua vez, é orientada pela visão de mundo e é a matéria do pensamento.

Ela se funda na razão, é a imagem do pensamento e que, como tal, constitui uma realidade material que se relaciona com o que ocorre em sociedade, para ser comunicado. Essa percepção se aplica ao entendimento de que os números também significam, além de quantidades, e são capazes de conferir estratégias de persuasão a um dado, atribuindo a ele critérios de qualidade.

Considera-se, assim, o uso dos números para a construção de sentido no discurso como um fato social em si, e que pode também ser explicado sociologicamente.

Através da verificação do tratamento do produto jornalístico nos processos de trabalho e dos critérios de noticiabilidade, busca-se compreender como os números no texto jornalístico revelam as rotinas e as práticas produtivas dos jornalistas, por permitir usar tal recurso como argumento de objetividade.



Ou seja, há a tentativa de se ler politicamente os conteúdos e significações dos meios de comunicação. Nessa disputa de poder, os números têm um papel fundamental como símbolo comunicacional e as práticas jornalísticas preveem o uso deste recurso para construir uma objetividade, ao mesmo tempo, mantendo a batalha sob controle. É o que mostra o *corpus* da pesquisa, a seguir.

3. Fatos, Dados e Versões

A análise crítica aplicada ao material *de campo*, composto por reportagens do jornal *Estadão* durante as manifestações de Junho de 2013 e também durante a Copa do Mundo de 2014, além de entrevistas com jornalistas - autores que mais se repetem entre as matérias do *corpus* - permitiu a compreensão dos elementos basilares dos processos comunicativos - na diversidade de suas linguagens e relações produtivas - e ampliou o potencial na verificação da quantificação da informação através dos números e do uso desse recurso no discurso jornalístico para elevar a representação da notícia, potencializando seu valor enquanto mercadoria do capital.

As observações foram feitas com base nas condições de produção e na relação com o Outro, tendo o mundo do trabalho e o jornalista como peças-chave nesse processo. Nesse sentido, destaca-se o papel do profissional, ao fazer as escolhas e relacionar os temas. Esse sujeito está inserido em um mundo, que é conhecido a partir das condições objetivas de produção e que vê a forma específica de apropriação desse processo produtivo como fator que determina a sua consciência e o seu ser social.

A fagulha dos protestos que tomaram as cidades brasileiras em meados de 2013, das chamadas Jornadas de Junho, foi a mobilização contra o aumento da tarifa no transporte público urbano na capital paulista convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL) no dia 6 daquele mês. Aparentemente despreziosa, a manifestação liderada por 150 jovens ganhou a manchete dos principais jornais de São Paulo no dia seguinte.

A chamada de capa do *Estadão* em 7 de junho de 2013 falava que um “*protesto contra tarifa acaba em depredação e caos em SP*”.

Na *linha fina*, o jornal dizia que os “*manifestantes fecharam avenidas, invadiram shoppings e deixaram rastros de destruição*”. Tal cenário criado buscava ainda qualificar os personagens, dizendo que “*pelo menos 50 pessoas ficaram feridas e 15 foram detidas*”. Abaixo, uma foto intitulada “*vandalismo*” na legenda.



Apenas nesse trecho inicial já é possível perceber o papel dado ao número na notícia, quantificando o total de manifestantes, sendo que alguns dos envolvidos foram classificados como “*vândalos*”, que bloquearam o trânsito e entraram em confronto com a polícia, resultado em pessoas “*feridas*” e “*detidas*”. Para o *Estadão*, o primeiro dia de protesto contra o aumento da tarifa de transporte público provocou uma confusão geral, uma desordem violenta na cidade, causando um dos piores índices de congestionamento do ano. “*Às 19h, havia 160 km de lentidão – a média é 138 km*”, comparava a reportagem principal publicada no mesmo dia 7, na qual também é possível reconhecer e identificar a construção de um discurso, baseado em números.

Na “voz dos jornalistas”, as manifestações de junho de 2013 foram inusitadas e totalmente inesperadas, demandando dos profissionais entrevistados um tipo de cobertura que, até então, não era foco do *Estadão*. “*Junho foi algo completamente atípico, foi algo completamente diferente*” conta Bruno Paes Manso. Apesar da surpresa com os protestos naquele ano, ele lembra que outras manifestações do MPL já haviam ocorrido em gestões municipais anteriores.

“*Então não era uma novidade pra gente, em tese*”. “*Era um assunto que não costumava inclusive ser coberto pelo jornal*”, pois viam “*os ‘malas’ do MPL como um protesto a mais dentre as dezenas que acontecem na cidade*”. Nesse relato inicial de um dos cinco profissionais entrevistados, em seus respectivos locais de trabalho, é possível aferir a linha editorial do jornal, que não demonstrava interesse na cobertura das manifestações feitas pelos “*malas*” do MPL, conhecidos pelo “*quebra-quebra*”.

Em conversa com todos os jornalistas, percebe-se que não havia uma pauta do dia, orientando cada profissional dos seus afazeres e temas relevantes para a cobertura jornalística. Ainda assim, todos têm conhecimento daquilo que vale a pena ser “vendido” ou não à chefia de reportagem. “*Descobriu a história, já vende, e tenta emplacar no próprio dia*”, relata Bruno Ribeiro, que cobriu nas ruas as manifestações de 2013 e de 2014.

Ele conta que foi outro colega da editoria de cidades, Diego Zanchetta, que estava na Câmara Municipal na tarde daquele dia 6 de junho, e viu que havia algo a mais na primeira manifestação do MPL em 2013.

“*Eu vi o protesto nascer né?*”, conta Zanchetta, lembrando da cena quando avistou da janela cerca de 100 pessoas andando nas ruas. Novamente, aqui, é reforçada a percepção de que as manifestações eram algo novo e desconhecido, que até então era relegado pela equipe.



Diante de algo totalmente inesperado, os editores, na redação, ainda não eram capazes de mensurar o tamanho que os protestos ganhariam e pediu-se para que Zanchetta desistisse do “faro jornalístico”, afinal, o tema nem era foco de interesse do jornal. “*A chefia brigou com ele porque ele ‘tava indo ver o que era essa manifestação*”, conta Ribeiro sobre Zanchetta, que naquele dia 6 optou por cobrir os protestos que ocorriam perto de onde ele estava, ao invés de fazer uma entrevista para outra reportagem. “*Por que, obviamente, a matéria era mais importante do que qualquer outra coisa que pudesse estar acontecendo no Centro*”, emenda Ribeiro.

A narrativa descritiva de como foi o primeiro dia de cobertura da manifestação em São Paulo, após o aumento da tarifa de ônibus, mostra, inicialmente, certo descaso ou mesmo descrença por parte do veículo sobre tal fenômeno. Diante do histórico de quebra-quebra pelo MPL, percebe-se que os protestos de 2013 só viraram notícia à medida que, já à noite, perto do horário de fechamento do jornal, a violência entre os manifestantes e a Polícia cresceu e os protestos invadiram as ruas.

Portanto, assim como se verificou na análise das matérias do jornal, as manifestações que tiveram início na capital paulista na noite daquele dia 6 não despertaram interesse pelo próprio fato social em si, a saber, o pedido de revogação dos R\$ 0,20 de aumento no preço da passagem de ônibus e metrô. Chamaram atenção pelo “caos”, pelo “trânsito” e, sobretudo, pela generalização da revolta, pois não se apontou os culpados e tampouco se explorou as causas de tanta “desordem”.

Essas relações discursivas mostram que o jornal defende que seu público alvo não se interessa por certo tema, naturalizando a linha editorial pelo olhar do jornalista. Assim, ainda que o profissional enfrente essas “infidelidades do meio” (SCHWARTZ, 2007), ele irá transferir ao editor a composição da página e a hierarquização da notícia, dando um sentido às manifestações e permitindo ao evento significar.

Caio do Valle, que fez a cobertura das manifestações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014 “*na retaguarda*”, direto da Redação, avalia que “*as demandas*” dos manifestantes, de qualquer tipo de protesto, “*tinham que ter um espaço maior*”. Mas a ausência das reivindicações sociais no jornal, para ele, “*é porque, infelizmente, o jornalismo de Cidades está acostumado a fazer esse tipo de cobertura. É mais o ato em si, é mais o que o ato em si provoca do que o que se pede com esse ato*”.

Nesse sentido, os números ganham uma importância para dar “*dimensão, compor a matéria e contar a história*” seja sobre o trânsito ou sobre os conflitos nas ruas, entre PM e MPL. E aí, “*existia um confronto de dados, né? Porque a polícia, às*



vezes, divulgava um número de participantes, e o *Passe Livre*, outro”. Ribeiro brinca dizendo que “a Polícia pega o total e divide por dez e o MPL pega o total e multiplica por dez”.

Assim, uma vez que, como afirma Manso, “o jornalismo segue as percepções de senso comum”, o trânsito e a violência foram elementos importantes no âmbito da discussão do transporte público. Porém, escolher os mecanismos corretos para tratar do fato com objetividade era um desafio. “A novidade era tão grande para mim como era para qualquer outra pessoa”, revela Manso.

Nota-se, aqui, como a dimensão que ganhou os protestos de 2013 levaram os profissionais a desconhecer as rotinas e práticas produtivas na cobertura dos fatos. Afinal, as manifestações sociais nas ruas e a discussão sobre o transporte público não deveriam ser, “em tese”, uma “novidade”. Essa forma de concepção de Jornalismo relacionada com as rotinas de trabalho permite enxergar a prescrição como algo que não se resume a uma simples transferência de normas no mundo do trabalho, mas como uma construção de discurso, produzidos e difundidos para o desenvolvimento da sociedade imersa nessas contradições.

Percebe-se como a recorrência do enfoque nos danos ocorridos durante as manifestações é relatada pelos jornalistas como uma escolha profissional consonante à linha editorial do *Estadão*. “O problema é o ‘Mesquitinha’ que cada um leva dentro de si”, brinca Manso, citando uma frase do colega de trabalho Daniel Piza, morto em 2011, e que se refere à família Mesquita, maior acionista do Grupo Estado.

Tal citação, de um renomado colunista e editor executivo do jornal, mostra como os jornalistas do *Estadão* não se reconhecem na dicotomia capital *versus* trabalho, deixando vazio o espaço que deveriam preencher em uma sociedade dividida pela relação de classe, pelas relações capitalistas e pela exploração. Ao ecoar a fala de Piza, Manso revela as escolhas feitas no âmbito específico da atividade do corpo si (SCHWARTZ, 2007) no trabalho. Por não ser capaz de transformar a si mesmo, o ser social tampouco é capaz de transformar a natureza e os valores que constroem a sociedade.

Assim, o princípio da liberdade é esquecido e o trabalho deixa de produzir formas de interação humana com os símbolos – a linguagem e os números, dentre outros componentes denominados por cultura. Ou seja, esse é um discurso que identifica e qualifica o que se pode chamar de alienação do jornalista frente ao seu próprio



trabalho. Ao se eximir de sua tarefa maior, que é o compromisso com a informação, o profissional passa a atender o que se julga conveniente à linha editorial do jornal.

Por isso, o fenômeno midiático e, portanto, a midiatização ganha tanta relevância, uma vez que, na visão marxista, lembra Veroneze (*et al*, 2013) o processo de coisificação das relações sociais no capitalismo “gera a alienação do trabalho e, conseqüentemente, a alienação da vida social” (p. 4). “O produto do seu trabalho transforma-se em mercadoria, assim como o próprio trabalho que se vê refém do processo de exploração” (*ibid*). Trata-se de uma situação na qual “os valores essencialmente humanos perdem a sua característica ontológica para a valorização exacerbada do capital e das relações mercantilizantes” (VERONEZE *et al*, 2013, p. 4). Nessa lógica capitalista, os sujeitos reproduzem relações sociais de exploração.

Assim, o capital empobrece os sentidos entre o ser social e busca conformar uma sociedade alienada, desconectada dos valores que o trabalho tem como criador e produtor de relações e de cultura. Em uma sociedade midiatizada - na medida em que a cultura, a lógica e as atividades da mídia atingem todas as práticas sociais -, as disputas ideológicas tornam-se ainda mais complexas.

Lopes (2014) explica que a partir da referência metodológica do sociosemiótico argentino Eliseo Verón, é possível capturar o contexto chamado de midiatizado, no qual o funcionamento das instituições e suas práticas são diretamente afetados pela presença dos meios de comunicação. Segundo ela, o esquema conceitual de Verón faz uma representação do processo de midiatização, que considera quatro setores/zonas de produção de “coletivos” que ocorrem no centro da comunicação. “A partir deste arranjo, ‘o termo de midiatização não designa nada além do que hoje é a mudança social nas sociedades contemporâneas’” (VERÓN, 1997 *apud* LOPES, 2014, p. 76). Desse modo, a lógica da mídia impõe-se à sociedade como um todo, tornando parte do “tecido social”.

Ao entender o funcionamento deste microssocial e das rotinas produtivas dos profissionais percebe-se como foram neutralizadas algumas especificidades e características do fazer, do trabalhar de cada um. Algum “ruído” na comunicação entre os repórteres na rua e o “retorno”; certa interdição da palavra, ainda que sustentada por números, na hora de apontar os “culpados”; ou mesmo a ausência de “senso crítico” diante de algo “inédito” não dão conta da realidade do trabalho na cobertura do fato. Tanto é que essa “adrenalina” vivida pelos jornalistas nas ruas não pôde ser sentida nos textos sobre as manifestações, uma vez que eles mantêm um discurso editorializado.



Cerca de um ano após as Jornadas de Junho de 2013, um segundo *corpus* foi adicionado à análise, a fim de fechar esse ciclo político das recentes manifestações.

“*Brasil é favorito em Copa contestada*”, dizia a manchete do *Estadão* de 12 de junho de 2014. A primeira reportagem selecionada da segunda amostra, a capa da edição, revela, através dos números, que a seleção verde-e-amarela chegava ao dia de estreia no Mundial de Futebol após o Brasil “*gastar R\$ 26,5 bilhões, mas parte das obras não ficou pronta ou sequer saiu do papel*” e recorda ainda que a Fifa escolheu o país como sede do evento em 2007, “*no 2º mandato de Lula, e agora enfrenta problemas na organização*”.

Tratavam-se, segundo o texto, de polêmicas e críticas fora dos campos, uma vez que a “*Copa das Copas*” teve “*muitas promessas não cumpridas desde o anúncio do Mundial*” – e repete a informação sobre quem era o governante e qual era o período de seu governo, frisando o prazo extenso que havia para tais realizações, às vésperas de novas eleições presidenciais. Além disso, “*protestos estão programados para hoje*”, finaliza o texto.

Um ano depois, apenas essa chamada do *Estadão* retoma muitos elementos que foram apresentados no material já analisado, sobre as manifestações de junho de 2013. Ou seja, assim como se posicionou contra a redução de R\$ 0,20 na tarifa de ônibus, o jornal coloca-se contrário à realização da Copa do Mundo no país. Apenas na manchete do dia 12 de junho de 2014 percebe-se que são vários os julgamentos.

Mas, em 2014, a imprensa, os manifestantes, as autoridades, estavam todos mais preparados. E as manifestações naquele ano estiveram longe de provocar a mesma sensação de perplexidade entre os jornalistas e a opinião pública que foi provocada um ano antes. “*Foram protestos que foram meio sem foco*”, avalia Zanchetta, acrescentando que mesmo que não houvesse aquele clima em relação ao torneio de futebol, “*o Contra Copa não surtiu tanto efeito porque faltou a lógica política*”.

E foi exatamente a simplicidade no ato de reduzir o preço da tarifa, de volta para os R\$ 3,00, ao invés do reajuste a R\$ 3,20, o que mais marcou Manso. “*O que mais me marcou ... Foi o fato de eu ter caído do cavalo também de uma forma, assim, quando reduziu as tarifas, eu falei: ‘Caralho, os moleques conseguiram. Eu falei: ‘Meu Deus do céu, eu ‘tava completamente errado e... Tô vendo uma molecada me ensinando política e me calando a boca de uma forma inacreditável’*”. Nota-se, nessa frase, como aquilo que se apreendeu durante a leitura das matérias, nas quais as reivindicações dos manifestantes e a relevância social da causa não foram abordadas, provocou reação de



perplexidade no jornalista, diante do êxito do protesto, ainda que sem apoio da “*imprensa tradicional, burguesa*”.

No fim, “*uma molecada*” deu uma lição de “*política*” a profissionais experientes, que se silenciaram, “*calando a boca*” sobre um tema que já era apreendido pelos editorialistas, que buscavam manter a “*ordem*”, e que seria foco de discussão depois, nas urnas.

4. Evidências

A tentativa da imprensa tradicional de restringir e até silenciar a temática política sobre as manifestações tem expressivo impacto sobre os atos realizados publicamente, nas ruas. Os acontecimentos-chave narrados pelos jornalistas e selecionados nesta análise foram ganhando palavras (e números)-chave em sua descrição.

Talvez porque, como lembra Tognolli (2001) “‘nem tudo o que pode ser pensado possa ser dito, nem tudo o que acontece possa ser dito’ por razões que suplantam a ideologia dos conluios políticos” (p. 160). Afinal, “a alienação da linguagem e pela linguagem é fruto das normas prescritas pelo pragmatismo do processo de produção das notícias que lutam contra o tempo e com ele se esvaem” (*ibid*).

Percebe-se, com isso, como o leitor do *Estadão* não tem conhecimento do tipo de cobertura que as manifestações mereceram na grande mídia brasileira. A linha editorial do jornal se insere em uma sociedade na qual prevalece uma forma disfarçada de censura, que é o silêncio da grande mídia em relação a determinados temas. Essa censura disfarçada, conforme indaga Lima (2011), “não seria essa uma forma histórica de censura na medida em que a ‘cultura do silêncio’ nega a boa parte da população sua liberdade fundamental de palavra, de se expressar?” (p. 1). O autor acrescenta que quando a grande mídia omite algo dos espaços públicos, ela está sonhando ou excluindo a possibilidade desse tema fazer parte do conhecimento e do debate público.

Mas ao invés de omitir, pode-se também “disfarçar” a notícia, construindo o sentido do texto a partir dos números. Assim, a informação chega ao leitor com uma dupla conotação: a do discurso matemático (da exatidão, da objetividade, da verdade, do conhecimento científico) e a do discurso jornalístico, concedendo à mensagem a credibilidade e isenção necessárias, ao mesmo tempo ofuscando os verdadeiros conteúdos (mercadológico, político e ideológico).

A linha editorial incorporada pelo profissional naturaliza-se como procedimento afeito ao Jornalismo, como parte da objetividade. A pressão do tempo, o excesso de



trabalho, a precarização da profissão são elementos que contribuem para o jornalista (assalariado, PJ ou freelancer) não se contrapor às lógicas editoriais.

Frederico (2013) lembra que, nas manifestações de junho de 2013, a reivindicação original, do “passe livre” nos transportes, “foi passada para trás pelas palavras de ordem aleatórias de uma multidão atomizada, formada, sobretudo, por indivíduos da classe média” (p. 251). A presença desses autores trouxe às ruas reivindicações particulares, que não devem ser confundida “com a rousseauniana ‘vontade geral’” (*ibid*, p. 252).

Assim, não foi por mero acaso que houve uma apropriação e uma adesão irrefletida dos sujeitos à linguagem (ideológica e mercadológica) predominante da mídia, uma vez que a substituição de uma pauta unificada por reivindicações esparsas impediu, como explica Frederico (2013, p. 252),

que se atacasse a essência dos problemas, ficando-se, por assim dizer, na periferia, ou melhor, em suas manifestações visíveis, cultivando um fazer político performático bem ao gosto do pós-modernismo, que, no lugar da palavra, da argumentação persuasiva, prefere o culto da imagem.

Nesse campo dominado pela mídia, que impõe pela manipulação dos signos o simulacro no lugar do real, o objetivo é pautar a conduta dos indivíduos, tanto na esfera política quanto na esfera cultural. Trata-se do triunfo da lógica do capital, que torna a informação em mercadoria. “Assim, consoma-se o espetáculo, a manifestação sensível da representação caótica de um mundo que parece governado pelo movimento automático das mercadorias” (*ibid*).

Ao partir de tal perspectiva, pode-se compreender a forma como o jornalista submete a própria liberdade de expressão à liberdade de imprensa da empresa, e sua ideologia. Como resultado, tem-se a produção de notícias sem algum tipo de relação com a realidade, distorcendo-a. Quando se fala em aspectos que levam à manipulação do signo no texto afirma-se o comportamento submisso daquele que é ser político, mas que se autocensura, se silencia frente aos grandes meios de comunicação.

Ao identificar tais aspectos pela abordagem do binômio comunicação e trabalho nota-se as diferenças de proposições, de finalidades e de procedimentos, articulando as condições particulares do sujeito com as condições gerais dadas pelos sistemas institucionais e os modelos de organização da produção.

REFERÊNCIAS



- ASIMOV, Isaac. **No mundo dos números**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOSHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- DUDLEY, Underwood. **Numerology or what Pythagoras wrought**. EUA: The Mathematical Association of America, 1997.
- FÍGARO, Roseli. “Comunicação e trabalho para mudanças na perspectiva sócio-técnica”. **Revista USP**, n 86, 2010.
- FIORIN, J. Luiz. “Teoria dos Signos”. In: FIORIN, J. Luis (org.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2007.
- FREDERICO, Celso. “Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos”. *Estud. av.*[online]. 2013, vol. 27, n. 79, pp. 239-255.
- GONTIJO, Silvana. **O livro de ouro da Comunicação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- IMENES, Luiz Márcio. **Os números na história da civilização**. Coleção Vivendo a Matemática. São Paulo: Editora Scipione, 1990.
- LIMA, Venício A. de. **O silêncio como forma de censura**. Publicado no Observatório da Imprensa em 22/03/2011. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-silencio-como-forma-de-censura> Acesso em 15/02/2015.
- LOPES, Maria Immacolata V. “Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação”. **Revista Matrizes**, vol. 8, nº 1, jan./jun. 2014, São Paulo: ECA/USP.
- MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Vol I, livro Primeiro, O processo de produção do capital. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).
- SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, L. **Trabalho & Ergologia**. Rio de Janeiro: Eduff, 2007.
- TOGNOLLI, Claudio Julio. **A sociedade dos chavões**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.
- VERONEZE, Renato Tadeu (*et al*). “As bases sócio-históricas da ontologia do ser social: o trabalho”. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2013.